



MEMORANDO-CIRCULAR Nº 56/2024-GP

Brasília, 08 de julho de 2024.

Aos Gabinetes Parlamentares
Assunto: Divulgação de Pesquisa.

Senhor Chefe de Gabinete,

Encaminho, para conhecimento, o resultado da pesquisa *Práticas Corruptas e Sua Aceitação*, realizada pelo Instituto Não Aceito Corrupção e Ágora Pesquisa.

Atenciosamente,

RENATO CARDOSO BEZERRA
Chefe de Gabinete da Presidência



Documento assinado eletronicamente por **RENATO CARDOSO BEZERRA - Matr. 24047**, Chefe de Gabinete da Presidência, em 08/07/2024, às 16:26, conforme Art. 22, do Ato do Vice-Presidente nº 08, de 2019, publicado no Diário da Câmara Legislativa do Distrito Federal nº 214, de 14 de outubro de 2019.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site:
http://sei.cl.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0
Código Verificador: **1744764** Código CRC: **B5003CCB**.

Praça Municipal, Quadra 2, Lote 5, 5º Andar, GMD 1– CEP 70094-902– Brasília-DF– Telefone: (61)3348-8005
www.cl.df.gov.br - presidencia@cl.df.gov.br

00001-00028316/2024-13

1744764v2

São Paulo, 04 de julho de 2024.

Pesquisa sobre Práticas Corruptas e sua Aceitação

Temos a honra de apresentar os resultados da segunda edição da pesquisa "Práticas Corruptas e Sua Aceitação", realizada nos meses de abril e maio de 2024, em parceria pelo INAC e Ágora Pesquisa (*pro bono*), com o objetivo de avaliar a percepção da sociedade brasileira sobre a corrupção.

A pesquisa, conduzida por meio de entrevistas presenciais, contou com a participação de 2.026 pessoas em todas as capitais do país, distribuídas da seguinte forma:

- Sudeste: 41%
- Nordeste: 30%
- Norte: 11%
- Sul: 10%
- Centro-Oeste: 8%

Aceitação de Práticas Corruptas:

A pesquisa identificou um panorama preocupante em relação à aceitação de práticas corruptas no Brasil.

Entre as 20 situações de corrupção e ilegalidades apresentadas aos entrevistados, destacaram-se como mais aceitáveis as seguintes, em uma escala de 0 a 7:

- Oferta de dinheiro para evitar multa de trânsito: 5,2 pontos;
- Oferta de alimentos a policiais em troca de proteção: 3,2 pontos.

Por outro lado, destaca-se negativamente a Compra de Votos:

Ao serem questionados sobre a compra de votos, 54% dos entrevistados afirmaram ter conhecimento de tal prática nos últimos 10 anos.

Esse percentual sobe para 72% na região Norte e 65% no Nordeste, enquanto no Sul registra 41%, ainda um índice considerável.

Quando questionados sobre o valor médio pago por voto, os resultados apontam para:

- Sul: R\$ 142,00;
- Nordeste: R\$ 124,00.

Por outro lado, ao serem indagados sobre os canais de denúncia, apenas 20% dos entrevistados dizem conhecer e funcionar. A grande maioria ou não conhece ou conhece e diz que não sabe para quê ou declara que não funciona.

É fundamental fortalecer os mecanismos de controle e transparência, promover a educação para a cidadania e punir com rigor os responsáveis por atos corruptos.

Acreditamos que a divulgação desses dados é crucial para estimular o debate público e a construção de um Brasil mais justo e ético.

Atenciosamente,

Rita Biason
Roberto Livianu

**Núcleo de Pesquisas Científicas do
Instituto Não Aceito Corrupção**

www.naoaceitocorrupcao.org.br

PRÁTICAS CORRUPPTAS E SUA ACEITAÇÃO

O Instituto Não Aceito Corrupção (INAC), organização nacional sem fins econômicos de âmbito nacional fundada em 2015, que atua no âmbito da pesquisa científica, política pública anticorrupção, mobilização da sociedade e educação traz a público a segunda edição da pesquisa referente à mensuração de práticas corruptas e sua mensuração, fruto do trabalho do núcleo de pesquisas científicas do INAC, coordenado pela professora Rita BIASON, integrado também por Maria Tereza Sadek, Agatha Paraventi, Kleber Carrilho, André Aquino e Roberto Livianu.

O objetivo estratégico desta pesquisa, a ser aplicada sempre em anos de eleições, é aumentar a conscientização em relação ao problema da corrupção nos eleitores ao definirem seus votos, escolhendo representantes efetivamente compromissados com a transparência, integridade e com a jornada anticorrupção. Influenciá-los no sentido de terem responsabilidade social em suas escolhas, tendo em vista as graves implicações decorrentes da corrupção.

O desenvolvimento dos questionários parametrizadores da pesquisa ocorreu ao longo do ano de 2023 até os primeiros meses de 2024, sendo sua aplicação fruto de parceria *pro bono* com a Ágora Pesquisas a quem o INAC externa sua pública gratidão.

A pesquisa foi realizada nos meses de abril e maio de 2024, por meio de entrevistas pessoais, sendo entrevistadas 2026 pessoas em todas as capitais do país, sendo 41% do Sudeste, 30% do Nordeste, 11% do Norte, 10% do Sul e 8% do Centro-Oeste.

Indagados sobre os problemas prioritários em suas vidas, os entrevistados apontam na média a corrupção em oitavo lugar dentre doze opções com apenas 6% de prioridade na média. Os primeiros lugares são ocupados por saúde (20%), educação (17%) e segurança (15%). No recorte por região o índice cai no Centro-Oeste para 4% e sobe para 9% no Sul indo para a quarta posição.

Recortando por nível de instrução, na faixa superior completo o índice sobe para 8% e cai para 4% no nível fundamental incompleto, levando-nos à conclusão que à medida que cresce o grau de discernimento, pela aquisição de conhecimento, adquire-se mais consciência sobre o problema.

Pela faixa etária, no patamar dos 16/24 o índice é de 4% e ocupa a nona colocação, saltando para a sexta na faixa 60 ou mais indo para 8%, evidenciando-se que a maturidade e o conhecimento adquiridos ao longo da vida podem levar à priorização desta preocupação.

E por fim, por faixa de renda, o índice é de 6% na faixa de quem ganha até 3 salários mínimos (8.o lugar) e pula para 9% indo para 4.o na faixa superior a 10 salários mínimos.

A pesquisa procurou medir a aceitação da corrupção, listando várias práticas corruptas e outras ilegalidades conexas, num total de 20, devendo-se destacar no extremo da aceitação pelos entrevistados duas condutas: a mais aceitável delas a do indivíduo que oferece dinheiro para não ser multado por violação do trânsito em situação de dificuldade (5,2 pontos sendo o máximo de 7) e a segunda com 3,2 pontos a oferta de alimentos a policiais em padarias como cortesia com a óbvia velada espera pela retribuição de proteção.

No extremo oposto das condutas inaceitáveis, que geram repúdio, destaque para três delas: funcionário fantasma – ser admitido formalmente como agente público, mas não trabalhar de fato (1,2 pontos), a chamada *rachadinha* – ser admitido como agente público. Eventualmente trabalhar ou não, com a condição de dividir os vencimentos com o agente público que o contratou (1,4). Ambas são hipóteses de crime de peculato. E a corrupção eleitoral praticada por candidatos e seus cabos eleitorais que compram votos (1,7).

A seguir perguntamos, num universo de 21 irregularidades, se os entrevistados já as tinham vivenciado. 52% afirmaram que sim de alguma forma e a irregularidade que mais apareceu com 34% foi a prática do crime de peculato, representada pelas hipóteses do funcionário fantasma e *rachadinha*. Merecem destaque ainda em quarto lugar com 7% o nepotismo (contratação irregular de parentes para atuar na administração pública) e em sexto com 5% a corrupção eleitoral (venda de votos), tão relevante em ano de eleições municipais.

Indagamos se seria do conhecimento dos entrevistados se nos últimos 10 anos algum candidato ou cabo eleitoral teria oferecido algo pelo voto de alguém e qual seria o valor. 54% responderam afirmativamente. Na região Norte o percentual sobre para 72% e no Nordeste para 65%. No Sul, cai para 41%, patamar ainda considerável.

Ao perguntarmos sobre a troca do voto por dinheiro o índice pula de 54% para 62%. O valor médio mais alto pelo qual se vende o voto é no Sul por pouco mais de R\$ 142,00 e o mais baixo no Nordeste (R\$ 124,00).

Por fim, mas não menos importante, ao questionarmos sobre canais de denúncia, apenas 20% dos entrevistados responderam que conhecem e que funcionam. Do universo restante, ou não se conhece, ou se conhece ou são conhecidos, mas se acredita não funcionarem ou se sabe que existem genericamente sem saber quais são. Ou seja, muito trabalho a fazer e muitas propostas a apresentar por futuros prefeitos e vereadores no âmbito do controle interno nas eleições de outubro.

Rita Biason

Roberto Livianu

INSTITUTO NÃO ACEITO CORRUPÇÃO

www.naoaceitocorrupcao.org.br